

Campanha salarial

Veja o que já avançou

Neste jornal estamos fazendo uma comparação entre a situação atual, a proposta inicial do GDF e o que foi garantido até agora nas negociações, para que todos os professores tenham clareza de tudo o que conquistamos com a força da nossa mobilização.

COMO É

COMO DEVE FICAR

Folga

O governo queria acabar com a folga.

A carta assinada pelo secretário garante a “folga”.

Plano habitacional

As primeiras 1452 unidades habitacionais serão entregues no próximo mês de dezembro, sendo, 331 para Planaltina, 800 para o Guará e 321 para Samambaia.

Avaliação de desempenho

O governo queria implantar a avaliação de desempenho do professor.
O sindicato não aceitou.

Ficará estabelecido o prazo de 180 dias após a aprovação da nova lei da carreira para definir os critérios de avaliação institucional do sistema, e não do professor.

Paridade entre ativos e aposentados

O governo queria acabar com a paridade entre ativos e aposentados.

Está estabelecido no projeto de lei que os benefícios garantidos aos ativos serão estendidos aos aposentados.

Professores das antigas disciplinas de práticas e do ensino profissionalizante

Os professores das antigas disciplinas do ensino profissionalizante terão, após avaliação por parte da secretaria de educação, habilitação precária para poderem atuar em outras áreas. Além disso, a GRC será paga a todos os profissionais que estejam atuando nas unidades de ensino e não somente aos professores em regência de classe.

Fundo Constitucional

A proposta do governo garante que nos anos de 2009 e 2010 os nossos salários serão reajustados no mínimo nos mesmos índices do reajuste do fundo constitucional. Isto significa um enorme avanço, não só pela garantia mínima para esses anos, mas principalmente porque cria jurisprudência para os anos seguintes. Ou seja, nossos salários poderão ter correção anual, o que garantirá no futuro a manutenção do poder de compra.

Lotação

Os professores são lotados nas gerências regionais de ensino e têm exercício nas unidades de ensino. No entanto, não há garantia legal de que essa situação permaneça. Em 2005, a então Secretária de Educação, Maristela Neves tentou lotar a todos nós na Secretaria de Educação para, dessa forma, nos colocar em exercício em qualquer unidade ensino do DF. Foi necessária a realização de uma semana de greve para garantir que se acabasse a lotação nas regionais de ensino.

Constará, na Lei, a garantia da lotação dos atuais professores e orientadores nas regionais de ensino. É uma lotação, de fato, com garantia legal.

Carga horária

20 horas semanais para atuação, exclusivamente, no noturno e 40 horas semanais para atuar, exclusivamente, no diurno.

20 horas semanais para atuar em um turno (qualquer turno) e 40 horas semanais para atuação em dois turnos.

Horário de coordenação pedagógica / substituição

As portarias 30 e 34 obrigam professores a substituírem outros professores no horário de coordenação.

Fica garantido, na Lei, que o horário de coordenação fica destinado, exclusivamente, a planejamento, qualificação e aperfeiçoamento profissional e reforço escolar. Fica proibida a substituição em horário de coordenação.

Incentivos profissionais por produção técnica, científica ou cultural

não existem

As produções técnicas, culturais ou científicas, desde que contribuam para a melhoria da qualidade da educação, serão premiadas.

Progressão na carreira

há uma forma de progressão

Duas formas de progressão: a vertical, por tempo de serviço, como é hoje e, horizontal, por mérito, para quem fizer especialização, mestrado e doutorado.

Recessos escolares

no mínimo, sete dias corridos, entre o primeiro e o segundo semestres e quinze dias entre um ano letivo e outro, além das férias garantidas por lei.

No mínimo, quinze dias corridos entre o primeiro e o segundo semestres letivos e, no mínimo, sete dias corridos entre um ano letivo e outro, além das férias garantidas por lei. Isso perfaz 22 dias, no mínimo, para além dos trinta dias de férias.

Vencimento

Vencimento fixo, independentemente do tempo de serviço.

Vencimento progressivo, mudando a cada ano, de acordo com a etapa em que o servidor se encontra.

Incorporação da Tidem

essa gratificação é incorporada aos proventos de aposentadoria, desde que o servidor trabalhe pelo menos dezoito meses nos últimos três anos anteriores à aposentadoria. Não há incorporação proporcional ao tempo de dedicação exclusiva. Por exemplo: o servidor que trabalhar dez anos com Tidem e depois arranjar outro emprego, perde toda a Tidem.

Fica garantida a incorporação proporcional do tempo com Tidem. Se o servidor trabalhar dez anos com dedicação exclusiva e arranjar outro emprego, terá direito a incorporar a Tidem, proporcionalmente aos dez anos trabalhados.

NÃO ACEITAREMOS RETIRADA DE DIREITOS!

A pressão agora tem que ser também na Câmara

A Câmara Legislativa é um importante poder do DF, pois é lá que são aprovadas todas as leis que mexem diariamente com nossas vidas. No plano de Carreira não será diferente! Por isso nós temos que procurar cada um dos vinte e quatro deputados indistintamente e cobrar deles que votem pelas emendas que iremos apresentar. Vamos percorrer todos os gabinetes, e cobrar, em especial dos parlamentares governistas, a consolidação do discurso de que educação é prioridade.

A estratégia está trazendo resultados

Durante anos boa parcela da categoria exigiu da direção que buscasse novas formas de luta para a categoria. Nós dizíamos que somente a categoria mobilizada poderia fazer avançar as negociações sem a necessidade de greve. É isso que está acontecendo ao longo desses anos. A categoria se mobilizou e deu força para a comissão de negociação.

Temos conseguido combinar mobilização com negociação. Assim está sendo possível avançar nas negociações sem

que a greve tenha sido deflagrada. Mérito da categoria!

Por outro lado o diálogo com a sociedade é fundamental para o avanço das negociações. Por isso o sindicato investiu tanto em campanha de mídia, jornais para a comunidade e contatos com parlamentares, sindicatos, associações, etc. A sociedade passou a entender os motivos da nossa luta e também pressionar o governo. Mais uma vez, mérito da categoria!

Muita coisa tem que avançar

Vamos apresentar diversas propostas de emendas aos deputados distritais com o objetivo de garantir novas melhorias na estrutura de nosso plano de carreira, pois são pontos que ainda não avançaram nas negociações com o GDF. Veja abaixo alguns pontos que iremos apresentar como emendas na Câmara:

- definição da correção salarial pelos índices do fundo constitucional para além do ano de 2010;
- melhor definição da forma de incorporação da Tidem na aposentadoria;
- manutenção da parcela

complementar que hoje é paga a parte dos professores com carga horária de 20 horas;

- manutenção dos percentuais de gratificação por cursos de aperfeiçoamento;
- manutenção do direito

de receber GAL para professores de ensino especial que trabalhem com turmas de alfabetização;

- melhoria da gratificação de zona rural;
- antecipação da proposta financeira para janeiro.

Negociação e mobilização:

essa foi e está sendo uma estratégia vitoriosa

Começamos uma campanha salarial ouvindo a velha lenga-lenga de que não há recursos para aumentar salários, que não havia como reformular o plano de carreira, ou resolver pendências administrativas e pedagógicas que se

arrastavam há anos. Ainda no primeiro semestre, conquistamos o reajuste da tidem e o compromisso de reformulação do nosso plano de carreira, além da implantação do plano de saúde em 2008 e um programa habitacional.

Depois de alguma enrolação, o GDF começou a se reunir com a comissão de negociação do Sinpro para negociar a reformulação do nosso plano de carreira. Fez isso porque é bonzinho? Não, foi porque a cam-

panha dos professores já havia ganhado as ruas. A sociedade ficou sabendo, por exemplo, que um professor recebe menos da metade do que ganha um médico e um quarto do que ganha o trabalhador da segurança.

Ato histórico mostra que professores não estão para brincadeira

Bem, começou a negociar, mas quis novamente “dar uma enrolada”. Foi preciso novamente que os professores fossem às ruas. Em ato histórico, no dia 20 de setembro, milhares de professores mostraram, nas ruas de Taguatinga, que não estavam para brincadeira.

Quem viu essa força não foi só o policial militar. O Governo também sentiu o nosso poder de pressão e, a partir daí, começou a apresentar suas propostas. Fez uma última tentativa de desmobilizar-nos, deixando que divulgassem que o professor iria receber 190% de aumento, para tentar colocar a popula-

ção contra a nossa luta. Mais uma vez não conseguiram destruir a unidade da categoria.

Até mesmo o resultado da última assembleia, com a vitória inequívoca do adiamento do indicativo de greve, mas de forma apertada, por margem reduzida de votos, mostra que a categoria sempre esteve e está disposta a ir à greve para defender os seus direitos. Mas, em sua maioria, entende que a greve não é um fim em si mesma. É apenas um dos meios que temos, após esgotadas todas as possibilidades de negociação, de nos fazer respeitar.

Nós vamos cobrar, governador

Ao levar pessoalmente a Câmara o projeto de lei do Executivo para a reformulação do plano de carreira, o governador José Roberto Arruda, afirmou que, durante o seu mandato, os percentuais de aumentos para a área de educação será sempre superior ao maior índice dado a servidores do DF. Nós estamos de olho, governador, e vamos cobrar essa promessa.

Agora é lei: GRC dos aposentados é aprovada na Câmara

Os deputados distritais aprovaram na tarde da última terça-feira, dia 23, projeto de lei do Executivo que regulariza o pagamento da GRC para os professores aposentados da rede pública de ensino. O projeto foi apreciado em caráter de urgência e segue para sanção do governador José Roberto Arruda. O efeito financeiro será retroativo a junho. Para a coordenadora da Secretaria para Assuntos dos Aposentados, Isabel Portuêz, essa é uma vitória da mobilização dos

professores aposentados. O projeto foi encaminhado pelo Executivo para legalizar o pagamento do reajuste da gratificação aos professores aposentados. Os professores da ativa já estão recebendo os novos valores da gratificação, mas por conta de interpretações jurídicas diferenciadas os aposentados não estavam recebendo os benefícios, o que o Sinpro considerava uma verdadeira injustiça. O projeto foi aprovado por unanimidade pelos 18 deputados presentes.

Se há negociação com o governo, é pela força e mobilização da categoria

“Que me desculpem os outros servidores do GDF, mas vocês são os únicos que conseguem colocar tanta gente assim em uma assembleia, durante esse governo”. A frase, ouvida de um policial militar durante uma das nossas lotadas assembleias em frente ao Buritinga, dá bem a medida da força dessa categoria. Durante esse ano nossa capacidade de mobilização foi posta à prova várias vezes. Arruda começou o mandato querendo retirar direitos históricos da categoria, mas teve que recuar diante da reação imediata dos professores.

